

ARREPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 61.095.048/0001-15

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores acionistas: De acordo com as disposições legais e estatutárias, temos o prazer de submeter à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2020. A Diretoria coloca-se à disposição dos Senhores Acionistas para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais que eventualmente considerem necessários.

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2020 E 2019 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2020	2019	Passivo	Nota	2020	2019
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	228	251	Fornecedores		390	-
Dividendos a receber	13	205	242	Obrigações sociais e trabalhistas		7	7
Impostos e contribuições a recuperar	7	498	493	Impostos e contribuições a recolher	10	40.130	39.014
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7	4.514	4.422	Outras contas a pagar		105	552
Outros créditos	8	66.264	43.326	Total do passivo circulante		40.632	39.573
Total do ativo circulante		71.709	48.739	Passivo não circulante			
Ativo não circulante				Impostos e contribuições a recolher	10	135.731	172.417
Depósitos judiciais	11	20.424	20.435	Provisões para contingências	11	195.075	192.629
Operações de mútuo	13	330.152	335.746	Operações de mútuo	13	26.202	-
Outros créditos	8	133.997	166.255	Total do passivo não circulante		357.008	365.046
Investimentos	9	21.734	21.075	Patrimônio líquido	14		
Total do ativo não circulante		506.307	543.511	Capital social		548.855	548.855
				Reserva legal		4.715	4.715
				Prejuízos acumulados		(373.194)	(365.939)
				Total do patrimônio líquido		180.376	187.631
				Total do passivo e patrimônio líquido		578.016	592.250
Total do ativo		578.016	592.250				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2020 E 2019 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Prejuízos acumulados	Total
Em 2018	548.855	4.715	(363.561)	190.009
Prejuízo do exercício	-	-	(2.378)	(2.378)
Em 2019	548.855	4.715	(365.939)	187.631
Prejuízo do exercício	-	-	(7.255)	(7.255)
Em 2020	548.855	4.715	(373.194)	180.376

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Arrepar Participações S.A. ("Companhia") tem sede na capital do estado de São Paulo, é uma controladora da Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo ("Controladora" ou "Cooperativa") e tem como atividades a comercialização, importação e exportação de açúcar, etanol, produtos alimentícios em geral e seus derivados, o arrendamento de bens, a prestação de serviços e a participação em outras empresas. **Impacto do Coronavírus (COVID-19) nas Demonstrações Financeiras:** A epidemia de Covid-19 trouxe aos mercados em geral (financeiro, de câmbio e de commodities) significativa volatilidade, com impactos diretos de redução de consumo e também um clima de grande incerteza sobre o futuro. Por ter sido impactado de maneira mais relevante no Brasil, somente na segunda quinzena de Março/2020 (último mês da safra), teve pouco efeito nas operações da Companhia, que continuou operando normalmente. A direção da Companhia acompanha atentamente a todos os eventos e desdobramentos relacionados ao COVID-19 tomando as medidas necessárias para a apropriada gestão e minimização de potenciais impactos aos negócios. A Administração considera o pressuposto de continuidade para a elaboração dessas demonstrações financeiras, com o suporte financeiro da Controladora.

2. Entidades da Companhia

Entidade - Coligada	Cidade/ Estado - País	Principais atividades	Participação acionária	2020	2019
Imocop Empreendimentos e Participações S.A.	São Paulo/SP - Brasil	Administração, por conta própria ou de terceiros, de bens móveis e imóveis, podendo comprar e vender, arrendar e dar arrendamento, receber e dar parcerias, locar móveis, imóveis e equipamentos em geral e a participação em outras entidades	30,58%	30,58%	

3. Base de preparação

a. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas em conformidade às práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 29 de maio de 2020. Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia no qual o CPC 06(R2) - Arrendamentos foram aplicados. As mudanças relacionadas nas principais políticas contábeis estão descritas na Nota explicativa 5. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão. **b. Moeda funcional e de apresentação:** Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **c. Uso de estimativas e julgamento:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam valores apresentados nos ativos, passivos, receitas e despesas. Contudo, a incerteza relativa a essas julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As principais estimativas, as premissas e os julgamentos contábeis significativos são: provisões para contingência (Nota Explicativa nº 11) e instrumentos financeiros (Nota Explicativa nº 12). **d. Mensuração do valor justo:** Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. A Companhia utiliza dados observáveis de mercado, tanto quanto possível, e os valores justos são classificados hierarquicamente, conforme técnicas de avaliação, da seguinte forma: **• Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. **• Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). Para este exercício social, não há avaliações de valor justo realizadas pela Companhia que se enquadram no Nível 3 definido pelo CPC 40 (item 27.3.c.). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorrerem as mudanças. Quando aplicáveis os valores justos, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas em notas explicativas específicas àquelas ativo ou passivo.

4. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR) reconhecido nos balanços patrimoniais.

5. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras em consonância com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), exceto nos casos indicados em contrário. **a. Mudança nas principais políticas contábeis:** Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia no qual o CPC 06(R2) - Arrendamentos foram aplicados. *(i) Aspectos gerais:* O CPC 06(R2), que introduz um único modelo de arrendamento, substituindo o conceito de classificação entre arrendamento mercantil operacional e financeiro. O principal objetivo é definir se existe um arrendamento nos contratos ou se o contrato é uma prestação de serviço. Após esta definição, se um contrato contiver um arrendamento, deverá ser contabilizado no ativo, a ser depreciado e o passivo com apropriação de encargos financeiros. O arrendamento está presente em um contrato se o contrato incluir ambas as condições a seguir: **• Um ativo identificável especificado explicitamente ou implicitamente.** Neste caso, o fornecedor não tem a prática de substituir o ativo, ou a substituição não traria nenhum benefício econômico para o fornecedor. **• O direito de controle do uso do ativo durante o contrato.** Neste caso, a Sociedade deve ter autoridade para tomada de decisões sobre o uso do ativo e capacidade de obter substancialmente todos os benefícios econômicos pelo uso do ativo. O CPC 06(R2) inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatórios que foram aplicadas pela Sociedade e suas controladas na adoção inicial em 1º de abril de 2019: arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, ou seja, com vigência de até 12 meses. *(ii) Transição:* A luz da referida norma contábil, a Empresa não identificou impacto significativo na adoção do CPC 06(R2). **b. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras compreendem, substancialmente, receitas com juros sobre cessão de direito de crédito. As despesas financeiras compreendem, substancialmente, despesas com juros sobre impostos parcelados. **c. Investimento em coligadas:** As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle, sobre as políticas financeiras e operacionais. A influência significativa supostamente ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém entre 20% e 50% do poder votante de outra entidade. **d. Instrumentos financeiros: (i) Reconhecimento e mensuração inicial:** Todos os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, aos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. *(ii) Classificação e mensuração subsequente:* No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado, ao Valor Justo por meio de outros Resultados Abrangentes (VJORA) ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao

o quadro abaixo apresenta um sumário das demonstrações financeiras em sua coligada:

	Quantidade Participação	Ativos de ações	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de Passivos	Patrimônio líquido	Outras receitas e despesas	Lucro ou prejuízo	Equivalência patrimonial
2020												
Imocop Empreendimentos Participações S.A.	30,58%	75.490.085	2.634	69.371	72.005	805	134	939	71.066	4.178	(1.355)	2.823
2019												
Imocop Empreendimentos Participações S.A.	30,58%	75.490.085	3.019	66.939	69.958	207	44	251	69.707	4.649	(1.313)	3.336

10. Impostos e contribuições a recolher

	2020	2019
ICMS	15	15
Parcelamento de impostos - Lei nº 11.941/09	40.114	38.998
Outros	1	1
Total circulante	40.130	39.014
Parcelamento de impostos - Lei nº 11.941/09	135.731	172.417
Total não circulante	135.731	172.417

Programa Especial de Regularização Tributária (PERT): A Arrepar Participações S.A. aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), instituído pela Lei nº 13.496 de 2017 que abrange os débitos de naturezas tributária e não tributária, vencidos até 30 de abril de 2017. Conforme regras deste parcelamento, o pagamento foi realizado até 31 de janeiro de 2018. **Parcelamento de impostos - Lei nº 11.941/09:** O programa instituído pela Lei nº 11.941/2009 prevê parcelamento, em até 180 meses, dos débitos administrados pela Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para os débitos vencidos até 30 de novembro de 2008, com exigibilidade suspensa ou não, inscritos ou não em dívida ativa, considerados isoladamente, mesmo em fase de execução fiscal já ajuizada. A adesão ao programa foi deferida pela RFB e a consolidação dos débitos foi realizada em junho de 2011. A Companhia iniciou os pagamentos de saldo consolidado em junho de 2011,

Luis Roberto Pogetti	João Roberto Gonçalves Teixeira	Julio Alvarez Boada	Mathews Cotta de Carvalho	Pedro Augusto Paranhos de Oliveira	Tomás Caetano Manzano	Vanessa Siqueira Samejima
Diretor Presidente	Diretor Superintendente	Diretor	Diretor	Diretor	Diretor	CRC 1SP 238.292/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2020 E 2019 (Em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019
Despesas operacionais			
Despesas administrativas	15	(5.921)	(5.229)
Outras receitas	16	104	2.186
Outras despesas	17	(1.686)	(2.642)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas		(7.503)	(5.685)
Receitas financeiras	18	6.398	11.265
Despesas financeiras	18	(7.003)	(8.999)
Resultado financeiro líquido		18	(615)
Resultado de equivalência patrimonial	9	863	1.021
Prejuízo do exercício		(7.255)	(2.378)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2020 E 2019 (Em milhares de Reais)

	2020	2019
(Prejuízo) do exercício	(7.255)	(2.378)
Resultado abrangente total	(7.255)	(2.378)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2020 E 2019 (Em milhares de Reais)

	2020	2019
(Prejuízo) do exercício	(7.255)	(2.378)
Ajustado por:		
Resultado da equivalência patrimonial	(863)	(1.021)
Aumento em provisão para contingências	2.446	2.092
Variações nos ativos e passivos		
Diminuição de contas a receber de clientes (Aumento)/Diminuição em impostos e contribuições a recuperar	1.173	-
Diminuição em outros créditos	(92)	96
Diminuição em depósitos judiciais	8.146	22.122
Aumento/(Diminuição) de fornecedores	11	480
Aumento de obrigações sociais e trabalhistas (Diminuição) de impostos e contribuições a recolher (Diminuição)/Aumento em outras contas a pagar	390	(26)
Dividendos recebidos	(35.750)	(32.223)
Caixa líquido usado nas atividades operacionais	(242)	250
Diminuição em partes relacionadas	(31.819)	(10.574)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos (Decréscimo)/Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	(31.796)	10.670
Demonstração da variação em caixa e equivalentes de caixa	(23)	96
No final do exercício	228	251
No início do exercício	251	155
(Decréscimo)/Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	(23)	96

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	Tribu-tárias	Depósito judicial	Traba-lhistas	Depósito judicial	provisão para contingências	Total de depósitos judiciais	Total de depósitos judiciais
Saldo em 2018	186.435	16.973	4.102	3.942	190.537	20.915	20.915
Provisões feitas e atualizações durante o exercício	2.784	-	42	160	2.826	160	160
Provisões utilizadas durante o exercício	-	-	(734)	(640)	(734)	(640)	(640)
Saldo em 2019	189.219	16.973	3.410	3.462	192.629	20.435	20.435
Provisões feitas e atualizações durante o exercício	2.394	-	72	10	2.466	10	10
Provisões utilizadas durante o exercício	-	-	(20)	(21)	(20)	(21)	(21)
Saldo em 2020	191.613	16.973	3.462	3.451	195.075	20.424	20.424

Os processos tributários, autos de infração e ações judiciais trabalhistas referem-se às contingências que estão sendo discutidas na esfera judicial e os valores estão provisionados de acordo com a opinião dos advogados contratados pela Companhia. A Companhia possui em andamento processos de ordem tributária, cuja materialização, na avaliação dos consultores jurídicos, é possível de perda, mas não provável, no valor histórico aproximado de R\$ 150.597, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis no Brasil não requerem sua contabilização. A redução das perdas possíveis devem-se à adesão ao PERT (Nota Explicativa nº 10).

12. Instrumentos financeiros

a. Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo: Durante os exercícios findos em 31 de março de 2020 e 2019, não foi realizada nenhuma reclassificação de instrumentos financeiros. **Valor justo versus valor contábil:** Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	Valor contábil	2020	2019
Ativos	228	251	
Passivos	330.152	335.746	

Custo amortizado
Banco - conta movimento 228 251
Dividendos a receber 205 242
Operações de mútuo 330.152 335.746
Outros créditos 200.281 209.581
Fornecedores 390 -
Outras contas a pagar 105 552
Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo. **b. Gerenciamento de riscos:** A Companhia está exposta aos riscos de crédito, liquidez e operacional. Esses riscos são permanentemente monitorados para mitigá-los. Atualmente, a política de gerenciamento de risco adota as seguintes premissas: todos os riscos classificados como "prioritários" são identificados, analisados e monitorados; limites de uso de capital são aprovados pela Diretoria; e todas as exposições são reportadas e mensuradas com frequência apropriada. **Risco de crédito:** É o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento. **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. **Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas aos processos de negócios, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia é monitorar os potenciais riscos operacionais para mitigar ao máximo a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação e continuidade de seus negócios, buscando, assim, a eficácia de custos e evitando procedimentos de controle que não são eficazes. **Gestão de capital:** A política da administração é manter uma base de capital suficiente para manter a confiança do investidor, credor e mercado. O principal objetivo é o desenvolvimento futuro de negócios.

13. Partes relacionadas

	2020	2019
Ativo circulante		
Dividendos a receber	205	242
Imocop Empreendimentos e Participações S.A.		
Ativo não circulante		
Mútuos a receber	330.152	335.746
Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo		
Passivo não circulante		
Mútuos a pagar	26.202	
Imocop Empreendimentos e Participações S.A.		

A parte controladora final da Companhia é a Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo. **Valores ativos e passivos:** As operações de mútuo são classificadas como ativos e passivos financeiros demonstrados ao custo amortizado. As operações não possuem vencimentos.

14. Patrimônio líquido

Capital social: O capital social está representado por 334.281.641 em 31 de março de 2020 e 2019 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pertencentes aos seguintes acionistas:

	Quantidade de ações	Representatividade
Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo	334.281.640	99,9999%
Outros	1	0,0001%
	334.281.641	100,0000%